

A OFENSIVA DAS TRADING COMPANIES DO AGRONEGÓCIO NO DEBATE EDUCACIONAL

LA OFENSIVA DE LAS TRADING COMPANIES DEL AGRONEGOCIO EN EL DEBATE EDUCATIVO

THE OFFENSIVE OF AGRIBUSINESS TRADING COMPANIES IN THE EDUCATIONAL DEBATE

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v17i3.65771>

Fernanda Franz Willers¹

Mario Borges Netto²

Resumo: Nesse artigo, analisamos a ofensiva do agronegócio no debate educacional, através das entidades representativas da burguesia agrária ligadas ao processamento e à comercialização de produtos agroindustriais. Para tanto, consideramos: 1) a relação histórica entre burguesia agrária e educação 2) os projetos e programas educacionais propostos pelo agronegócio brasileiro 3) os resultados da pesquisa "Percepções sobre o agro: o que pensa o brasileiro". Nossa pesquisa indica que a ofensiva das *trading companies* do agronegócio sobre o debate educacional possui como objetivo fundamental legitimar ideologicamente as suas atividades econômicas perante a sociedade e a opinião pública.

Palavras-chave: Educação. Agronegócio. Hegemonia. Frações de classe. Burguesia agrária.

Resumen: En este artículo, analizamos la ofensiva del agronegocio en el debate educativo, a través de las entidades representativas de la burguesía agraria vinculadas a la transformación y comercialización de productos agroindustriales. Para ello, consideramos: 1) la relación histórica entre la burguesía agraria y la educación 2) los proyectos y programas educativos propuestos por el agronegocio brasileño 3) los resultados de la encuesta "Percepciones sobre el agronegocio: lo que piensan los brasileños". Nuestra investigación indica que la ofensiva de las *trading companies* del agronegocio en el debate educativo tiene como objetivo fundamental legitimar ideológicamente sus actividades económicas ante la sociedad y la opinión pública.

Palabras clave: Educación. Agronegocios. Hegemonía. Fracciones de clase. Burguesía agraria.

Abstract: Abstract: In this article, we analyze the offensive of agribusiness in the educational debate, through the representative entities of the agrarian bourgeoisie linked to the processing and marketing of agro-industrial products. To do this, we consider: 1) the historical relationship between the agrarian bourgeoisie and education 2) the educational projects and programs proposed by Brazilian agribusiness 3) the results of the survey "Perceptions of agribusiness: what Brazilians think". Our research indicates that the agribusiness trading companies' offensive on the educational debate has the fundamental objective of ideologically legitimizing their economic activities before society and public opinion.

Keywords: Education. Agribusiness. Hegemony. Class fractions. Agrarian bourgeoisie.

Considerações preliminares

Esse artigo faz parte de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, portanto, nesse momento, procuramos apresentar as iniciativas educacionais vinculadas a entidades patronais que representam interesses da burguesia agrária ligadas ao processamento e à comercialização de produtos agroindustriais. Para tanto, consideramos: 1) a relação histórica entre burguesia agrária e políticas educacionais; 2) a ofensiva da burguesia agrária, através das entidades representativas das *trading companies*³, no debate educacional, por meio das iniciativas tomadas pela associação *De Olho no Material Escolar* e pelo movimento *Todos a Uma Só Voz*; e 3) a análise dos resultados da pesquisa “Percepções sobre o agro: o que pensa o brasileiro”.

Esta pesquisa é orientada pelo conceito de hegemonia, tal como aparece desenvolvido nas obras de Nicos Poulantzas e Antonio Gramsci. A partir desses autores, sustentamos que há uma disputa pela hegemonia que ocorre dentro do bloco no poder, ou seja, intraclasses burguesas, pela política de Estado (Poulantzas, 2019) e outra luta pela hegemonia em sentido amplo, de uma fração ou do bloco no poder sobre o conjunto das classes sociais (Gramsci, 2022).

Poulantzas (2019) e Gramsci (2022) trabalharam com o conceito de hegemonia para problematizar e elaborar interpretações e análises de seus tempos históricos. Contudo, possuem concepções diferentes sobre o conceito. O conceito de bloco no poder desenvolvido por Poulantzas, se refere “[à] unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua relação com uma forma particular do Estado capitalista” (2019, p. 240-241). Para Poulantzas, essa unidade contraditória de classes e frações de classes politicamente dominantes se constitui “sob a égide da fração hegemônica” (Poulantzas, 2019, p. 244), pois as frações de classe burguesas disputam a política estatal e criam estratégias para a conquista da hegemonia frente a frações que compartilham a dominação política sobre outras classes. Portanto,

A classe ou fração de classe hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, ao construir seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política (Poulantzas, 2019, p. 245).

Já o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci (2022) designa a capacidade de uma classe subordinar e coordenar-dirigir outras classes, produzir uma opinião pública coerente com seus projetos e interesses de classe em vista da conquista do consenso. Segundo Gramsci, a dominação de classe é garantida pelas relações sociais e de produção sustentada na propriedade privada, portanto, o consenso é garantido por elementos culturais e ideológicos que conferem acabamento finais à dominação e exploração de classe.

Apesar das diferenças de concepções acerca da hegemonia, compreendemos que elas não são excludentes e que associadas nos permitem alcançar os objetivos deste texto, pois essas duas dimensões da disputa pela hegemonia se manifestam no debate educacional e são indispensáveis para compreender a atual ofensiva do agronegócio. Daremos maior evidência, neste momento, ao debate sobre hegemonia

em sentido amplo que pode configurar-se em uma forma de renegociar ou conquistar a hegemonia no bloco no poder.

A burguesia agrária é denominada e conhecida no senso comum como agronegócio. O termo agronegócio tem sido utilizado para designar um setor econômico que agrega toda a cadeia produtiva agropecuária, integrando campo-indústria e compreendendo também a comercialização de produtos agropecuários. No jargão dos estudos agrários, há uma divisão do agronegócio em dois grandes grupos, o primeiro representante de segmentos que se localizam da “porteira para dentro” e o segundo, da “porteira para fora”. Essa distinção deve-se às formas de produção, enquanto o grupo da “porteira para dentro” é composto pelos fazendeiros e produtores rurais, o grupo da “porteira para fora” representam a montante e a jusante. A montante é composta pelas empresas responsáveis pela produção de bens de consumo e de capital (insumos) para a atividade agropecuária, e a jusante representa as complexas redes de armazenamento, transporte, processamento, industrialização, distribuição e exportação de *commodities*⁴. Isso significa que o agronegócio é marcado por divisões internas, não podendo ser considerado assim um todo monolítico e homogêneo.

A burguesia agrária pode ser considerada um grupo multifuncional (Farias, 2009), representado pela fração agrário-industrial e pela fração agrário-financeira. Um dos percursos possíveis de estudo das frações burguesas é analisar as posições de entidades patronais que representam determinado setor de atividade econômica e estão ligadas às funções do capital industrial, comercial e financeiro⁵. Em perspectiva gramsciana, concebemos essas entidades patronais como aparelhos privados de hegemonia, os quais possuem como objetivos legitimar o modo de produção capitalista e difundir seus ideais e ideologias particulares como valores universais com vistas a consolidar sua hegemonia no conjunto da formação social.

Em nossos estudos, constatamos que há uma frente de intervenção localizada “da porteira para fora” no debate educacional. Essa frente é protagonizada por entidades vinculadas a jusante, ou seja, ao processamento e à exportação de *commodities* que, para defender os interesses das atividades econômicas que executam, assumem um discurso de combate às más práticas agrícolas de produtores rurais “atrasados”. Tratando esses maus produtores – aqueles que não assumem práticas “sustentáveis” e “modernas” – como a exceção e como adversários estratégicos. É estratégico para entidades que representam a jusante que as práticas de desmatamento, trabalho escravo, poluição, invasão de terras etc. sejam punidas, pois é da imagem internacional do agronegócio brasileiro que depende o acesso ao mercado externo.

A junção das problemáticas poulantziana e gramsciana acerca das classes dominantes, permite-nos observar respectivamente a hegemonia em sentido restrito (em relação ao bloco no poder) e a hegemonia em sentido amplo (em relação ao conjunto da sociedade). Para fins de análise, interessa-nos examinar a posição diante da questão educacional adotada pelas seguintes entidades patronais do agronegócio: a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e o Conselho Superior do Agronegócio (COSAG).

A existência dessas várias entidades que representam a burguesia agrária evidenciam a heterogeneidade do setor: “Em termos políticos, no interior do agronegócio há relações contraditórias devido às diferentes frações burguesas com diferentes funções, dimensões e origens do capital, o que denota a existência de distintos interesses em seu interior” (Paraizo, 2021, p. 112).

Para melhor expor nossas considerações sobre a temática, organizamos o artigo em três partes. Na primeira seção, retomamos, brevemente, a relação entre burguesia agrária e educação ao longo da história brasileira, demonstrando que a partir de meados da década de 1990 inicia-se uma ofensiva do agronegócio sobre a pauta educacional. Na segunda seção, apresentamos e analisamos a ofensiva da burguesia agrária no debate educacional a partir dos seus principais projetos e iniciativas. Na terceira, discutimos os resultados da pesquisa “Percepções sobre o agro: o que pensa o brasileiro” (Movimento Todos A Uma Só Voz, 2022), desenvolvida pelo movimento *Todos A Uma Só Voz*, destacando os interesses envolvidos em tal pesquisa, sobre como os resultados dessa pesquisa impactam a burguesia agrária e reverberam nas propostas educacionais desta fração de classe. Por fim, em nossas considerações finais, indicamos que a ofensiva do agronegócio possui como objetivo fundamental legitimar ideologicamente as suas atividades econômicas perante a sociedade, através de diferentes estratégias de formação de consenso, entre as quais se enquadra as disputas no campo educacional.

O debate sobre a reorganização burguesa, considerando as entidades patronais que se dispõem e se propõem a disputar o campo educacional, se revelam importantes para compreender os elementos de unidade e divisão da classe dominante. Como aponta Lombardi (2018, p. 90), “numa sociedade com classes e frações de classes diferenciadas, também a educação era (é) adequada a essa estrutura e organização econômica e social, com tantas e quantas educações quantas as classes e frações de classes a que se destinam”. Nesse sentido, emerge a questão: o que a burguesia agrária-financeira propõe para a política educacional brasileira? Quais são os interesses particulares dessa fração do agronegócio?

A relação entre burguesia agrária e educação no Brasil: antecedentes da ofensiva

A relação entre burguesia agrária e educação não é novidade no contexto brasileiro. A partir do fim do trabalho escravo legal (1888) e da Proclamação da República (1889), a fração agrária brasileira se empenhou na constituição da educação rural. Segundo Molina (2019, p. 465), “o Brasil viveu três tipos de educação rural: (1) a educação rural destinada à formação das elites condutoras vinculadas à classe dominante; (2) a educação rural pensada por essas classes dirigentes para os trabalhadores rurais, e (3) a recente ‘educação do campo’”. A dualidade entre a formação da elite rural e a formação dos trabalhadores perdurou até a década de 1950, com o surgimento de “propostas organizadas e contra hegemônicas de educação, na década de 1950 e de 1960, com as Ligas Camponesas, a Pedagogia da Libertação de inspiração freireana, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os sindicatos rurais” (Molina, 2019, p. 469). Porém, com o golpe militar de 1964 que perseguiu esses movimentos, tais propostas não puderam ter continuidade. Somente “na década de 1990, observa-se o crescimento de um novo paradigma da educação, a ‘educação do campo’” (Molina, 2019, p. 469).

A educação do campo “nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (Caldart, 2012, p. 257). O projeto educacional da educação no campo rompe com o projeto das escolas rurais até então vigentes. Nesse sentido, “a realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer enfrentamento” (Caldart, 2012, p. 259).

O enfrentamento realizado por movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), universidades, docentes da educação básica e universitária em defesa de políticas educacionais articuladas com a educação do campo, resultou em importantes vitórias. Em 1998, foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) como política educacional para o Ensino Básico no campo. Em 2007, foi criada a modalidade de licenciatura Educação do Campo e, em 2010, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Pronacampo).

O contexto de disputas pela educação no e do campo é uma das razões para a ofensiva do agronegócio no debate educacional, processo que é também alimentado pelos imperativos da reorganização do setor frente às novas necessidades impostas pela dinâmica do capitalismo neoliberal. Sobre essa última questão, vale observar que: “o resultado inicial da implementação do neoliberalismo no Brasil foi o aprofundamento da dependência dos produtores rurais com a indústria agroalimentar, com os grupos fornecedores de insumos e com as *trading companies*” (Paraizo, 2021, p. 114). Esse aprofundamento da dependência de *commodities* é um elemento central para compreender o que estamos chamando de ofensiva do agronegócio no debate educacional.

A ofensiva do agronegócio é ampla e envolve diferentes frações da burguesia agrária. Os interesses das *trading companies* e das entidades representativas da jusante possuem particularidades que abrangem a pauta ambiental e o mercado internacional. A burguesia agrária encontra maiores dificuldades de unificação quando se intensificam as discussões internacionais⁶ sobre a comercialização de *commodities* e a pauta ambiental.

Pompeia (2023), no artigo intitulado “As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas”, analisa as posições da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura (Coalizão) e de corporações financeiras e supermercadistas, classificando as suas posições como “negacionistas”, “conservadoras”, “volúveis”, “descarbonizadoras” e “europeias”, respectivamente. Concluindo que “as críticas a problemas socioambientais nas cadeias de *commodities* agropecuárias no Brasil forçam novas diferenciações entre atores políticos do agronegócio” (Pompeia, 2023, p. 18). Esse artigo endossa o argumento de que os interesses do amplo setor do agronegócio são heterogêneos e geram ações políticas conflitantes. Ainda que entre as entidades analisadas por Pompeia não esteja o COSAG e a ABAG só seja citada de forma pontual, o artigo constata “que os graus de abertura a mudanças nas posições empresariais avançam conforme se passa das atividades primárias às

secundárias e terciárias, e se apresentam de modo mais pronunciado, portanto, nas correntes que o artigo classifica como ‘volúveis’, ‘descarbonizadoras’ e ‘europeias’” (Pompeia, 2023, p. 18). Ou seja, as entidades representativas das empresas processadoras e comercializadoras tendem a ter posições menos negacionistas e menos conservadoras quando comparadas às entidades que representam os interesses porteira adentro.

Os diferentes posicionamentos sobre a pauta ambiental se manifestam também nos projetos educacionais propostos pelas diferentes entidades vinculadas ao agronegócio. Somam-se a esse cenário de pressão internacional sobre a forma de produção agrícola e protecionismo ambiental, duas outras dimensões conjunturais específicas da pauta educacional brasileira: as redefinições da política educacional e a reorganização burguesa que disputa a política educacional, a partir da segunda metade da década de 1990.

A redefinição da política educacional⁷ foi levada a cabo por um conjunto de reformas, reestruturação e reorganização do currículo e da estrutura escolar de modo geral, sob forte influência de organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nesse contexto, a burguesia se reorganiza para disputar a política educacional através da criação de aparelhos privados específicos para tal finalidade. Destacam-se aqui a criação do Instituto Ayrton Senna (1994), a Fundação Lemann (2002) e o Todos Pela Educação (2006). Essas iniciativas possuem como principais financiadores o capital bancário-financeiro. Nessa mesma conjuntura, bancos nacionais privados passaram a investir e criar seus próprios projetos educacionais, destacamos como exemplo o Itaú Educação e Trabalho, a Fundação Bradesco, o Observatório de Educação do Unibanco. Além disso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que constituiu uma estreita relação com as políticas educacionais a partir da Reforma Capanema (1942), atualmente produz documentos que organizam os interesses da burguesia industrial e os apresentam como um projeto de educação para o país.

A ausência da burguesia agrária nessa reorganização burguesa que disputa a política educacional intencionalmente e de forma pragmática parece ter findado. A ofensiva do agronegócio se manifesta em diferentes programas e iniciativas regionais que surgem a partir de meados de 1990 e se converte em ações nacionais a partir de 2020. Apresentaremos os projetos educacionais vinculados às *trading companies* na próxima seção.

A ofensiva do agronegócio no debate educacional

Vários projetos vinculados ao agronegócio nascem em regiões específicas do Brasil a partir de meados da década de 1990: a) o Programa Agrinho, implementado em 1996 pela Federação da Agricultura do Paraná (FAEP/SENAR-PR) e que já se expandiu através das federações estaduais para Goiás, Mato Grosso do Sul, Ceará, Rio Grande do Sul, Rondônia e Espírito Santo; b) o programa Agronegócio na Escola que vem sendo desenvolvido pela ABAG de Ribeirão Preto (ABAGRP) desde 2001; c) o Programa Despertar que é desenvolvido pelo Serviço de Aprendizagem Rural da Bahia

(SENAR-AR/BA) desde 2005; d) além de uma série de outras iniciativas realizadas por entidades representativas do agronegócio ou por empresas desse setor, entre as quais destacamos: Instituto Souza e Cruz, J&F Investimentos, Suzano Papel e Celulose, etc.

Chamamos a atenção para o programa Agronegócio na Escola, já que ele surgiu como iniciativa para mudar a visão popular sobre o processo de colheita da cana-de-açúcar na macrorregião de Ribeirão Preto, São Paulo, que, até há pouco tempo, exigia que toda a área de plantio fosse queimada, gerando insatisfações e queixas dos moradores da região. Segundo o site do programa: “a educação foi um dos caminhos escolhidos pela ABAGRP para valorizar institucionalmente a imagem do agronegócio” (ABAGRP, 2022). Ainda segundo o site desta entidade:

O Programa possui metodologia própria, cujo diferencial é possibilitar aos professores e alunos a experiência de vivenciar a realidade do agro, por meio de palestras com especialistas; visitas em fazendas, instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, cooperativas, indústrias e agroindústrias.

Como também são oferecidos materiais digitais, os professores têm à disposição um amplo conteúdo sobre o agro, que pode ser usado de forma interdisciplinar em salas de aula virtuais ou presenciais, contribuindo para a construção do saber baseado na realidade. Além disso são oferecidos concursos para estimular a criatividade e premiar alunos, professores e escolas (ABAGRP, 2022).

Lamosa (2016) investigou esse programa, concluindo que a ABAGRP atua como partido do agronegócio, em termo gramsciano, adquirindo protagonismo na formulação e na divulgação de uma nova sociabilidade para o campo. Os professores que aderem voluntariamente ao programa atuam como empregados do agronegócio, apesar de não se reconhecerem como tal. Esse cenário demonstra que a crescente adesão ao programa se insere em um processo mais amplo de construção hegemônica do agronegócio na região de Ribeirão Preto.

Essas iniciativas se concentram em regiões estratégicas para as entidades que as realizam, e cumprem papel imediato e pontual em áreas de conflito. Somente no contexto mais recente é que surgem novos grupos e iniciativas ligados ao agronegócio que procuram se inserir no debate educacional nacional, e com interesse não mais vinculado somente à educação em área rural. Exemplo disso são: o grupo Mães do Agro (criado em 2020) que é responsável pela associação *De Olho no Material Escolar* e o movimento *Todos a Uma Só Voz* (criado em 2021).

A iniciativa *Mães do Agro* surgiu a partir de um grupo de mães que durante a pandemia percebeu que os livros didáticos de seus filhos associavam o agronegócio ao desmatamento, ao uso de agrotóxicos, ao trabalho escravo, à invasão de terras indígenas e quilombolas etc. e por isso organizaram a associação *De Olho no Material Escolar*. O nome desta associação foi inspirado no observatório *De Olho nos Ruralistas* que analisa criticamente os impactos sociais e ambientais do agronegócio. A associação *De Olho no Material Escolar* se autodefine como “uma entidade que surgiu pela organização da sociedade civil com a motivação de contribuir para uma educação positiva e atualizada sobre o agro, com base em conteúdo científico e que gere perspectivas positivas para os estudantes” (De Olho no Material Escolar, 2023). No site da associação, é destacado que: “esse movimento começa pelo conteúdo relacionado ao agro, pois

há uma única história sendo contada nos materiais escolares, livros e apostilas, com conteúdos desatualizados, descontextualizados, incompletos e com problemas conceituais” (De Olho no Material Escolar, 2023).

De modo geral, a associação *De Olho no Material Escolar* atua em várias frentes no interior do Estado: 1) nas esferas governamentais (federal, estadual ou municipal); 2) nas relações com instituições e entidades; 3) na comunicação institucional de mídias e eventos; 4) no recolhimento e na revisão do material escolar recebido; 5) na pesquisa dos mercados editorial e educacional; e 6) na biblioteca virtual. Além disso, desenvolve os seguintes projetos: Vivenciando a Prática, Agroteca, Material Didático, Certificação de Qualidade.

O projeto Vivenciando a Prática é uma iniciativa em que propriedades rurais e empresas do setor oferecem visitas a professores, autores, editores, secretários da educação e alunos, para que eles conheçam as etapas da produção até a agroindústria. A Agroteca é uma parceria entre a associação e a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), que possui como objetivo produzir e disponibilizar uma biblioteca com produções científicas sobre o agronegócio e materiais pedagógicos que enfatizam uma visão positiva do setor. O projeto voltado ao Material Escolar é a principal iniciativa e adota como perspectiva o revisionismo histórico sobre conteúdos escolares que abordam temas relacionados ao agronegócio. E, por fim, há o projeto Certificação de Qualidade que prevê a criação de um selo de qualidade de alta reputação para material didático do Brasil.

Esses projetos possuem em comum a difusão de um projeto educacional do agronegócio, a ser realizado pela educação pública e privada por meio da adesão voluntária de gestores e professores. Vale a pena observar como algumas dessas iniciativas têm tomado corpo em alguns fóruns de debates e encontros, que indicam a relação entre a associação *De Olho no Material Escolar* e entidades patronais vinculadas a empresas de processamento e exportação da produção agrícola e agropecuária, como o Conselho Superior do Agronegócio (COSAG) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

Em abril de 2022, ocorreu simultaneamente o evento “Diálogos com o setor educacional” e a reunião do COSAG, na sede da Fundação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). O evento “Diálogos com o setor educacional” foi promovido pela associação *De Olho no Material Escolar* e reuniu as principais editoras brasileiras, professores e representantes de escolas. Durante o evento a presidenta da associação, Leticia Zamperlini Jacintho, avaliou que: “Foi uma grande oportunidade de aproximar a educação e o agro, abrindo o setor do agronegócio para o mercado educacional e disponibilizando conteúdo para um material didático científico e próximo da realidade do setor” (Gazeta do Povo, 2022).

Neste encontro, Sergio Souza, deputado federal (MDB/PR) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), defendeu a necessidade de “mudar a imagem do produtor rural perante as sociedades brasileira e internacional”, a fim de assegurar os negócios com o mercado internacional. Esse interesse está manifesto quando ele conclui que “o presidente Macron, da França, disse que não comprará soja brasileira porque desmatamos para produzir. Sem medo, queremos responder e explicar

para ele que somente 8% dessa cultura vem do bioma amazônico” (Agenda Legislativa para o Agronegócio, 2021, p. 38).

Nesta mesma reunião, o COSAG elaborou a “Agenda Legislativa para o Agronegócio”, organizada em três pontos: 1) a agenda da FPA; 2) a agenda do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), e 3) Educação das nossas crianças com relação ao agronegócio. Sobre esse último ponto, Leticia Zamperlini Jacintho, presidenta da associação *De Olho no Material Escolar*, destacou que os livros didáticos e materiais pedagógicos classificam o agronegócio como “fomentador da injustiça, da opressão e da destruição, como se estas fossem a sua única realidade – uma visão com lentes do passado, que remete ao período colonial e que desconsidera os bons casos maiores e representantes dessa era tecnológica moderna” (Agenda Legislativa para o Agronegócio, 2021, p. 42). Ao final do documento, Roberto Rodrigues, Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, destacou que a fala de Jacintho “consolidaram a necessidade de estarmos juntos no esforço de montar e executar um programa para mudar a imagem do Brasil, a começar pelo material escolar” (Agenda Legislativa para o Agronegócio, 2021, p. 42).

Balbi de Figueredo e Cordeiro (2022) apontou semelhanças entre os procedimentos adotados pelo *De Olho no Material Escolar* e o *Escola sem Partido*. Para a autora, “o *De Olho no Material Escolar* desponta como um aparelho privado de hegemonia que entrelaça de forma original, no plano ideológico, o projeto de poder do agronegócio e os procedimentos e intencionalidades do *Escola sem Partido*” (Balbi de Figueredo e Cordeiro, 2022, p. 21). Contudo, consideramos que, com o passar do tempo, as estratégias e fundamentos das duas propostas foram adquirindo mais diferenças do que semelhanças.

A iniciativa *Escola sem Partido* se dividia em duas frentes de atuação: o Movimento Escola sem Partido e o Projeto Escola sem Partido. Enquanto o primeiro se articulava no âmbito da sociedade civil, instruindo pais, alunos e comunidade escolar a denunciar professores e professoras que “descumpriam” a cartilha criada pelo movimento, o segundo procurava atuar diante dos órgãos governamentais ao fomentar a elaboração de projetos de lei nos legislativos municipal, estadual e nacional. Em linhas gerais, as frentes de atuação do Escola sem Partido possuíam caráter antidemocrático, doutrinário e persecutório, com penalização individual de docentes (Frigoto, 2017).

O episódio que marca o início das atividades da associação *De Olho no Material Escolar* aconteceu em 2020, através de correspondência enviada para o Sistema Anglo de Ensino, mães e pais que hoje estão vinculados à associação, denunciaram que “posições ideológicas e políticas são, infelizmente, comuns no material Anglo utilizado. E, mais especificamente, o material Anglo reduz a agropecuária, que é um importante pilar econômico e social de nossa região, ao papel de vilão nacional” (SRB, 2020, p. 1). Nesse documento, fica evidente que posições desfavoráveis ao agronegócio são tratadas como uma posição ideológica. O documento também afirma que “não podemos concordar com o fato de que, ainda que não seja intencional, até porque seria inconstitucional, em função de um material didático, o

professor acabe por atuar como instrumento de cooptação política ou ideológica (SRB, 2020, p. 14)” e concluem:

Acreditamos que os professores, mesmo abordando temas conflitantes, devem fazê-lo despertando a consciência crítica dos alunos, sem que, no entanto, confundam nossos filhos em relação à sua posição na sociedade, oriundos que são de uma classe trabalhadora, produtiva, consciente de suas responsabilidades perante o mundo e que contribui de maneira relevante para o desenvolvimento e para a economia deste país (SRB, 2020, p. 15).

Essa postura mais alinhada ao discurso de combate a supostas posições políticas e ideológicas difundidas por docentes é substituída pelo discurso que invoca a pesquisa científica como fonte para os livros didáticos da educação básica. Essas mudanças discursivas e estratégicas devem-se: 1) à mobilização contra o movimento e contra o projeto Escola sem Partido realizada por docentes, estudantes, sindicatos, associações de pesquisa etc.; 2) às sucessivas derrotas do projeto de lei Escola Sem Partido em diversos municípios e estados brasileiros e, posteriormente, à declaração de inconstitucionalidade do projeto pelo Superior Tribunal Federal (STF); e 3) ao contexto pandêmico que evidenciou a importância das pesquisas científicas.

Atualmente, a associação *De Olho no Material Escolar* reivindica o revisionismo histórico referente ao tratamento dado ao agronegócio nos livros didáticos de escolas públicas e privadas. Diferentemente do Movimento Escola Sem Partido, não faz as críticas de outrora e nem procura censurar os professores. A estratégia é o oposto disso. Em seu site, sob o título “Ao lado dos professores”, afirmam:

O movimento, por seu objetivo nobre, logo de início conseguiu a sensibilização de educadores, professores, autores e editoras para seus primeiros passos. Cada um de nós deve muito aos seus educadores. Esse é mais um motivo desta luta para que os professores tenham materiais atualizados para realizar seu ofício.

Os professores são agentes de transformação! Independentemente das dificuldades, com amor, oferecem perspectivas e uma nova visão de mundo a cada aluno. Poder apoiá-los com ferramentas atualizadas é também nosso propósito (*De Olho no Material Escolar*, 2023, grifos nossos).

A entidade trata os professores e professoras como aliados em potencial e busca o consentimento ativo e a adesão voluntária dos mesmos a projetos produzidos pelo *De Olho no Material Escolar*. Trata-se de uma tática que teve como uma das precursoras a ABAGRP. Em entrevista ao podcast *Os Agronautas* (2023), Jacintho justifica o interesse em disputar o conteúdo do material escolar, alegando que

o material didático é a primeira ferramenta que o professor tem. Você pode trocar de professor, mas aquele material vai continuar na escola. Ele [o professor] sabe que tem que seguir aquilo, porque as provas já vêm prontas se você adota um método apostilado. As suas questões de prova já vão estar lá, ele tem que seguir. Por isso que eu falo: olha, funciona muito você ir dar uma palestra na escola, funciona até como exemplo para seu filho. Você está ali, fazendo parte, lutando, fazendo parte da feira de ciência. Sim, funciona, mas é uma semana. O que acontece nos outros 365 dias, 360 dias? Todos os outros dias vão estar martelando aquilo lá, então a gente acredita que se ele tiver uma ferramenta não tem jeito de fugir daquilo.

A justificativa apresentada por Jacintho evidencia as razões para a associação *De Olho no Material Escolar* centrar a sua atuação no revisionismo do conteúdo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Nessa mesma entrevista ao podcast *Os Agronautas* (2023), Jacintho relata ter se questionado sobre o porquê de grandes editoras capitalistas, que possuem capital aberto na bolsa de valores, elaborarem materiais didáticos críticos ao agronegócio. A associação conhece e se vale dos sistemas apostilados que têm sido cada vez mais utilizados por escolas privadas e públicas para assegurar a possibilidade, via editoras, de difundir uma imagem positiva do agronegócio.

O movimento *Todos a Uma Só Voz* foi lançado em fevereiro de 2021, como uma parceria da ABAG, que segundo a entidade “conectará a cadeia produtiva do agro e mostrará como ele pode tornar a vida do brasileiro melhor” (ABAG, 2020). Esse movimento lançou o “Manifesto à união do agro” em outubro de 2021, no qual defende um projeto para “que todos saibam que aplicamos muita ciência e tecnologia no campo e assim elevamos nossa produtividade em proporções maiores que o aumento de área de cultivo e de pastagem. Hoje produzimos muito mais, em bem menos espaço e com mais consciência” (Todos A Uma Só Voz, 2021). O objetivo desse manifesto é o de legitimar a forma de produção do agronegócio brasileiro, buscando construir uma opinião pública favorável à sua expansão. Para isso, apresenta um projeto educacional orientado a difundir uma concepção de “que as nossas crianças aprendam desde cedo que o Agro é uma das maiores riquezas do Brasil e cultivem a empatia e a admiração pelos produtores rurais” (Todos A Uma Só Voz, 2021).

Dentre as iniciativas desse movimento, destaca-se o áudio book *Reino de Agrus* “que conta a lenda de um povo que tinha a agricultura e a pecuária como suas principais fontes de sobrevivência” (Todos A Uma Só Voz, 2023). Sobre a produção, consideram que se trata de “[...] um poderoso recurso para ensinar as crianças e os jovens sobre a importância que o Agronegócio tem em nossas vidas. Ao mesmo tempo em que é uma forma de destacar e valorizar o trabalho no campo, especialmente o dos pequenos e médios produtores” (Todos A Uma Só Voz, 2021).

Na página eletrônica, na aba “Agro na escola”, do *Todos a Uma Só Voz*, apontam como missão do movimento “ajudar professores, pedagogos e pais a transmitirem a história do Agro com informações baseadas em ciência e fatos. É desta forma que queremos ajudar a posicionar o Agro como uma das principais riquezas do Brasil para as crianças, jovens e estudantes” (Todos A Uma Só Voz, 2023). Nesse mesmo espaço do movimento, estão disponibilizados dois documentos: “O agro para estudantes: 10 temas para tornar o ensino mais atrativo” e a “Cartilha ABC do agro”. O primeiro desses documentos é uma versão resumida do documento “O novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil (sugestões de conteúdo e uma nova abordagem para o material didático do ensino fundamental)”.

No documento “O novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil”, Xico Graziano e Marcos Fava Neves abordam assuntos referentes ao agronegócio a partir dos conteúdos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental, a partir de três disciplinas: ensino de ciências, geografia e história.

O documento faz críticas à ideologia que pauta a BNCC, como pode ser observado no excerto abaixo:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) fundamenta-se no Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado em sintonia com uma visão socialdemocrata, típica do século 20, do processo de aprendizado escolar. Sendo assim, a BNCC carrega as marcas características das políticas estatizantes, onde se atribui ao Estado o papel essencial para corrigir os “defeitos” da sociedade e, assim, assegurar o desenvolvimento pleno (Graziano e Neves, 2021, p. 11).

Na sequência do texto, os autores atribuem ao ideário político da BNCC a busca pelo “controle das forças de mercado, inclusive do mercado educacional, se contrapõe uma visão mais liberal, que propugna a retirada das amarras que impedem o empreendedorismo econômico e social” (Graziano e Neves, 2021, p. 11). Os autores ainda observam que:

O material didático para o ensino fundamental, produzido pelos grandes grupos de educação e utilizado nas principais escolas do país, geralmente dá ênfase aos seguintes temas relacionados com a agronomia e a agropecuária:

1. Desmatamento
2. Uso de agrotóxicos
3. Produção orgânica de alimentos
4. Agricultura familiar e agronegócio
5. Questão agrária (Graziano e Neves, 2021, p.13).

Na parte final do documento, Graziano e Neves (2021) sugerem “10 Novos Temas para o Ensino Fundamental ligado ao Agro”: 1) Cooperativismo no agro; 2) Aproveitamento dos alimentos; 3) Matas ciliares; 4) Bem-estar animal; 5) Novos alimentos; 6) Bioeconomia; 7) Agricultura digital; 8) Melhoramento genético; 9) Agro colaborativo; e 10) Atividades secundárias. A justificativa apresentada para a utilização desses 10 temas é a de contribuir para a modernização dos conteúdos didáticos sobre o agronegócio.

Diante do documento escrito por Graziano e Neves (2021), podemos perceber que senão toda, ao menos partes da burguesia agrária estão descontentes com a implementação da BNCC, pois ela não atende aos seus interesses particulares imediatos.

O conjunto das iniciativas da associação *De Olho no Material Escolar* e *Todos a Uma só Voz*, articuladas a entidades representativas da jusante do agronegócio, demonstram que o interesse das *trading companies* pela pauta educacional está no centro do debate ideológico.

A burguesia agrária e a busca pela hegemonia

Em setembro de 2022, o Movimento *Todos A Uma Só Voz* realizou a pesquisa intitulada: “Percepções Sobre o Agro. O Que Pensa o Brasileiro”. Essa pesquisa teve como objetivo mensurar as percepções sobre o Agro, através da entrevista de 4.215 pessoas distribuídas por todas as regiões do Brasil, diversas faixas etárias e diferentes classes sociais, no período de 30 junho a 27 julho de 2022.

Os resultados apresentados pela pesquisa revelaram que há dois pontos que exigem atenção do setor: 1) o grupo distante/desfavorável ao agronegócio representa uma parcela significativa da população

(33%); 2) a faixa etária de 30 a 59 anos tendeu a ser mais crítica que o total da amostra em aspectos ambientais. Segundo o documento:

Próximo/Favorável 43% - Possui um grande envolvimento com o agronegócio, sendo o setor considerado como muito importante para o dia a dia dele. Além disso, esse perfil possui uma proximidade com o setor por ter familiar atuando no agro ou já ter atuado.

Campo neutro 24% - Esse perfil possui médio conhecimento e médio envolvimento com o agro. Passar mais informações e realizar campanhas educativas é essencial para mudança de avaliação.

Distante/Desfavorável 33% - Esse é o perfil que está mais distante do agronegócio. Esse distanciamento se dá pelo baixo envolvimento e conhecimento do agro. Por conta disso, é grande a possibilidade desse segmento em boicotar o agro, por falta de conhecimento (Movimento Todos A Uma Só Voz, 2022, p. 114).

Quanto à opinião da faixa etária de 30 a 59 anos que tendeu a ser mais crítica que o total da amostra em aspectos ambientais, o relatório da pesquisa sustenta que: “para 38% das pessoas nesta faixa o Agro é um dos principais responsáveis pelos impactos ambientais no País, o dobro do total da amostra (19%)” e “para 31% o Agro faz uma má utilização dos recursos hídricos, quase o triplo do total da amostra (11%)” (Movimento Todos A Uma Só Voz, 2022, p. 115).

Além disso, a pesquisa ainda aponta que os principais aspectos negativos associados ao agronegócio são: o uso de agrotóxicos, o uso em excesso de agrotóxicos, o desmatamento, a escravidão, o trabalho infantil, a comunicação violenta, a ocupação ilegal de terras, o maior foco na exportação, deixando os produtos mais caros internamente, a exportação de *commodities* e não de produtos com valor agregado etc. (Movimento Todos A Uma Só Voz, 2022, p. 38).

Portanto, os resultados demonstram que há motivos reais para a preocupação da burguesia agrária com a opinião pública sobre as atividades produtivas que desenvolve. Ou seja, ainda que a burguesia agrária seja parte e constitua o bloco no poder, é perceptível que ela está enfrentando resistência de uma parcela significativa da população brasileira. Ter apoio massivo da sociedade não é imprescindível, porém pode configurar-se em uma forma de renegociar ou conquistar a hegemonia no bloco no poder.

Como já destacamos ao longo do texto, sustentamos que há uma disputa pela hegemonia que ocorre dentro do bloco no poder, ou seja, intraclasses burguesa e outra luta pela hegemonia em sentido amplo, de uma fração ou do bloco no poder sobre o conjunto das classes. Ainda que uma fração possa exercer a função hegemônica no bloco no poder sem ter hegemonia perante o conjunto de outras classes, esse não é o cenário ideal. A persistência ou o agravamento da opinião pública negativa sobre a burguesia agrária é um problema, uma vez que ela pode ser mobilizada para fins políticos por outras frações ou classes sociais a fim de deslegitimar a sua atuação. Essa é uma das razões da ofensiva do agronegócio no debate educacional brasileiro, que faz uso de novas estratégias de formação de consenso e legitimação ideológica de suas atividades econômicas. À utilização de aparelhos privados de hegemonia da indústria cultural, em especial através das novelas da Rede Globo, do sertanejo universitário e de campanhas

publicitárias, como “Agro: a indústria riqueza do Brasil”, com o slogan “Agro é Tudo, soma-se agora iniciativas e adoção de programas voltados para a educação básica.

Em busca de síntese

A partir das discussões feitas neste artigo, constatamos que a ofensiva do agronegócio possui como objetivo fundamental legitimar ideologicamente as suas atividades econômicas perante a sociedade, tratando como exceção os produtores que utilizam de “práticas ultrapassadas” e já amplamente superadas pelo setor do agronegócio. Para isso, necessita criar estratégias para ampliar a sua hegemonia perante toda a sociedade.

Nesse sentido, os projetos educacionais vinculados às entidades representativas das *trading companies* possuem o debate político e ideológico como eixo estrutural. As estratégias utilizadas nessa ofensiva do agronegócio estão centradas em desenvolver parcerias com secretarias de educação de estados, municípios e também nacional e com as principais editoras de livros didáticos do país, tendo como foco incidir prioritariamente no ensino fundamental e no público infantil, através de materiais lúdicos. Ainda que os documentos analisados apontem que o interesse está na educação pública e privada, as parcerias com secretarias de educação apontam o óbvio, os resultados que a burguesia agrária-financeira espera só podem ser alcançados com a difusão desses projetos via escola de massas, ou seja, via escola pública.

A associação *De Olho no Material Escolar* e o movimento *Todos a Uma Só Voz* estão tentando construir uma unidade entre fazendeiros e grupos comerciais, pois podemos perceber que há uma dependência recíproca, ainda que relativa, entre produtores/fazendeiros e grupos comerciais na comercialização da produção agrícola no mercado internacional. Por outro lado, as diferenças entre os fazendeiros e grupos de comercialização mostra que a unidade não é passível de concretização, uma vez que no plano político, as posturas adotadas por esses setores são muito distintas. As diferenciações entre os atores políticos do agronegócio estão atreladas às formas de agir frente aos problemas socioambientais nas cadeias de *commodities* agropecuárias (Pompeia, 2023).

A adesão às propostas dessas iniciativas educacionais do agronegócio encontrou apoio prioritário nas entidades que representam a jusante do agronegócio: ABAG e COSAG. Porém, isso não quer dizer que os fazendeiros não tenham interesse e não estejam engajados na ofensiva do agronegócio sobre o debate educacional.

A ofensiva do agronegócio brasileiro no debate educacional é um movimento recente e que renovou as estratégias de dominação ideológica para o consenso, o senso comum, para disputar a hegemonia intraclasse burguesa e a hegemonia sobre as demais classes sociais, e já vem conquistando protagonismo no debate educacional.

Referências:

- ABAGRP. Programa Educacional “Agronegócio na Escola”. 2022. Disponível em: <https://www.abagrp.org.br/programa-educacional-agronegocio-na-escola>. Acesso em 15 de jun. 2023.
- AGENDA LEGISLATIVA PARA O AGRONEGÓCIO. **Revista Agroanalysis**, v. 41 n. 5 (2021). Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/86675/81591>. Acesso em 20 de jun. 2023.
- BALBI DE FIGUEREDO E CORDEIRO, T. G. “Agro Sem Partido”? Coerção e consenso - a investida do agronegócio na educação brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, 2022.
- CALDART, S. R. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G (org.). **Dicionário de Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- DE OLHO NO MATERIAL ESCOLAR. 2023. Disponível em: <https://deolhonomaterialescolar.com.br/>. Acesso em: 25 de jul. 2023.
- FARIAS, F. P. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 28, 2009.
- FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: Gaudêncio Frigotto (Org). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.
- GAZETA DO POVO. **Evento reúne editoras para debater distorções sobre o agronegócio em livros didáticos**. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/breves/evento-editoras-debatem-distorcoes-agronegocio-livros-didaticos/>. Acesso em 13 de jun. de 2023.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- GRAZIANO, F; NEVES, M. F. **O novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil: sugestões de conteúdo e uma nova abordagem para o material didático do ensino fundamental no país**. 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/02/O-Novo-Mundo-Rural-e-a-Producao-de-Alimentos-no-Brasil.pdf>. Acesso em 24 de mai. de 2023.
- LAMOSA, R. A. C. **Educação e agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas**. Curitiba: Appris, 2016.
- LOMBARDI, J. C. Bicentenário de Karl Marx e a atualidade de suas contribuições para a educação. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 10, p. 84-94, 2018.
- MOLINA, R. S. História da Educação Agrícola no Brasil: educação do campo versus educação ruralista. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 24, n. 3, 2019.
- MOVIMENTO TODOS A UMA SÓ VOZ. **Pesquisa Percepções Sobre o Agro. O Que Pensa o Brasileiro**. 2022.
- OS AGRONAUTAS. **De Olho No Material Escolar, Com Participação Especial de Leticia Jacintho**. 29 de set. 2022. Podcast Os Agronautas. Disponível em: <https://spotify.link/XPiwPADHDHb> Acesso em: 15 de jul. 2023.
- PARAIZO, M. A. O fracionamento de classes no interior do agronegócio e os governos neodesenvolvimentistas. In: André Flores Valle Penha; Pedro Felipe Narciso. (Org.). **A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro**. Florianópolis/SC: Enunciado Publicações, 2021.
- POMPEIA, C. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. **Revista De Antropologia**, v. 66, 2023.
- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2019.

SRB. **Material didático Anglo**. 2020. Disponível em: <https://srb.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Material-Didatico-Anglo-Geral-com-fotos-12020.09.08.docx.pdf>. Acesso em 25 de mai. 2023.

SAES, D. A. M. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In: Milton Pinheiro. (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo - SP: Boitempo Editorial, 2014, p. 105-118.

TODOS A UMA SÓ VOZ. **Manifesto à união do agro**. 2021. Disponível em: https://todosaumasovoz.com.br/site/wp-content/uploads/2021/02/TUV_MANIFESTO.pdf. Acesso em 13 de jun. 2023.

TODOS A UMA SÓ VOZ. 2023. Disponível Em: <https://todosaumasovoz.com.br/site/>. Acesso em: 18 de jul. 2023.

Notas

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Pesquisadora do grupo de estudos e pesquisas Trabalho, Educação e Formação Humana – HISTEDBR/UFU. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5950092444166245>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6993-4878>. E-mail: fernanda.willers@ufu.br.

² Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisador do grupo de estudos e pesquisas Trabalho, Educação e Formação Humana – HISTEDBR/UFU. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7631482288936524>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5277-5789>. E-mail: mario.netto@ufu.br.

³ Empresas comerciais exportadoras que atuam como intermediárias entre empresas fabricantes e empresas compradoras.

⁴ *Commodities* são mercadorias primárias de origem agrícola e pecuária que se constituem como matérias-primas importantes para a produção industrial global.

⁵ Conforme Saes (2014), existem outros tipos de fracionamento que podem se manifestar em decorrência da escala de capital (pequeno, médio e grande) e da inserção das frações burguesas no sistema econômico capitalista internacional (burguesia nacional, burguesia associada, burguesia interna).

⁶ Destacamos o Acordo de Paris (2015), a proibição de entrada de *commodities* provenientes de áreas desmatadas nos países membros, aprovada pelo Parlamento Europeu (2022), o Consenso dos Emirados Árabes Unidos e o acordo final da COP28 (2023).

⁷ As principais políticas educacionais aprovadas nesse período foram: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, LEI Nº 9.394/1996); o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef, 1996) transformado depois em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb, de 2006, renovado em 2020); o Programa Universidade para Todos (Prouni, 2005); o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, 2007); o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni, 2007); a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb, 2007); a ampliação do ensino fundamental para nove anos; a aprovação do Piso Nacional Salarial do Magistério (Lei 11.738/2008); a ampliação, através da Emenda Constitucional 59/2009, da idade obrigatória na educação básica (de 4 a 17 anos); o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec, LEI nº 12.513/2011); a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE, Lei 13.005/2014); a elaboração e publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017).

Recebido em: 24 de jan. 2025

Aprovado em: 19 de dez. 2025